

Educação e inclusão social: desafios, possibilidades e caminhos para uma escola democrática

Education and social inclusion: challenges, possibilities, and paths toward a democratic school

Darlan Castro Ribeiro¹

Thais Helena Moura Fonseca Ribeiro¹

RESUMO

A educação constitui um importante instrumento de transformação social, contribuindo para a ampliação de oportunidades, o exercício da cidadania e o enfrentamento das desigualdades. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre educação e inclusão social, buscando compreender os principais desafios para a construção de práticas educacionais inclusivas e identificar possibilidades de promoção da igualdade de oportunidades no ambiente escolar. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, publicações acadêmicas, documentos e conteúdos disponíveis em sites especializados relacionados à educação e à inclusão social. As discussões evidenciam que a efetivação da inclusão educacional enfrenta obstáculos relacionados às desigualdades sociais, às condições institucionais, à formação dos profissionais e à necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a diversidade. Ao mesmo tempo, identificam-se possibilidades vinculadas à construção de ambientes escolares mais democráticos, ao fortalecimento das políticas educacionais e à adoção de estratégias que favoreçam a participação de diferentes sujeitos. Conclui-se que a educação pode desempenhar papel fundamental na promoção da inclusão social, desde que sejam asseguradas condições adequadas para o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação de todos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão social. Diversidade.

ABSTRACT

Education serves as a vital instrument for social transformation, contributing to expanded opportunities, the exercise of citizenship, and the addressing of inequalities. In this context, this article aims to analyze the relationship between education and social inclusion, seeking to understand the key challenges in establishing inclusive educational practices and to identify possibilities for promoting equal opportunities within the school environment. This study is qualitative in nature, based on a review of literature and documents—specifically scientific articles, academic publications, official records, and content from specialized websites focused on education and social inclusion. The

¹ Mestrado em Ciências da Educação (Christian Business School - EUA)

discussion highlights that achieving educational inclusion faces obstacles related to social inequalities, institutional conditions, professional training, and the need for pedagogical practices that acknowledge and respect diversity. Simultaneously, the study identifies opportunities linked to creating more democratic school environments, strengthening educational policies, and adopting strategies that foster the participation of diverse stakeholders. It concludes that education can play a fundamental role in promoting social inclusion, provided that adequate conditions are ensured for the access, retention, learning, and participation of all individuals.

Keywords: Education. Social inclusion. Diversity.

INTRODUÇÃO

A educação constitui um dos principais instrumentos de transformação social, por possibilitar o desenvolvimento intelectual, cultural e cidadão dos indivíduos e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática. Entretanto, o acesso à educação, por si só, não garante condições efetivas de inclusão social. Diferentes fatores econômicos, culturais, sociais e institucionais podem interferir na permanência e no desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar, produzindo desigualdades que ultrapassam os limites da sala de aula. Nesse sentido, discutir a relação entre educação e inclusão social significa compreender a escola como um espaço fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e para o enfrentamento das diversas formas de exclusão presentes na sociedade.

A inclusão social no campo educacional envolve a criação de condições que possibilitem a participação de diferentes sujeitos no processo de ensino e aprendizagem, respeitando suas características, necessidades, experiências e contextos sociais. Para que esse processo seja efetivo, é necessário superar práticas que reproduzem desigualdades e desenvolver estratégias pedagógicas capazes de acolher a diversidade. Dessa maneira, a educação inclusiva não deve ser compreendida apenas como uma medida destinada a determinados grupos, mas como um princípio que busca garantir o direito à educação e a participação de todos, considerando as diferenças como elementos constitutivos da sociedade.

A escolha da temática Educação e inclusão social: desafios e possibilidades justifica-se pela relevância social que a questão apresenta no contexto educacional contemporâneo. As desigualdades relacionadas ao acesso, à permanência, à aprendizagem e às oportunidades educacionais continuam constituindo importantes desafios para a sociedade. Nesse cenário, investigar as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino e, ao mesmo tempo, identificar possibilidades de transformação das práticas educacionais torna-se necessário para compreender como a educação pode contribuir para reduzir processos de marginalização e ampliar a participação social de diferentes grupos.

Além de sua relevância social, a temática apresenta importância acadêmica por possibilitar uma reflexão sobre as práticas, políticas e estratégias utilizadas para promover uma educação mais democrática e acessível. A escola encontra-se diante do desafio de lidar com diferentes realidades sociais, culturais e econômicas, exigindo dos profissionais da educação uma atuação fundamentada no respeito à diversidade e na construção de ambientes que favoreçam a aprendizagem e a participação. Assim, analisar os desafios da inclusão permite refletir sobre os limites existentes e sobre as possibilidades de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, realizada a partir da análise de artigos científicos, publicações acadêmicas, documentos e conteúdos disponibilizados em sites especializados relacionados à educação e à inclusão social. A pesquisa bibliográfica possibilitou reunir diferentes perspectivas sobre a temática, enquanto a abordagem qualitativa contribuiu para a interpretação e compreensão dos aspectos sociais, educacionais e institucionais relacionados ao processo de inclusão. A seleção e análise dos materiais buscaram identificar discussões relevantes sobre os obstáculos existentes e as estratégias capazes de favorecer uma educação mais inclusiva.

Diante desse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre educação e inclusão social, buscando compreender os principais desafios enfrentados para a construção de práticas educacionais inclusivas e identificar possibilidades que contribuam para a ampliação da participação e da igualdade de oportunidades no ambiente escolar. Como objetivos específicos, pretende-se discutir a importância da educação para a inclusão social, identificar fatores que dificultam a efetivação de práticas inclusivas e refletir sobre estratégias que possam contribuir para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação ocupa uma posição estratégica na organização da vida social, uma vez que participa diretamente da formação dos sujeitos e da construção de valores, conhecimentos e formas de participação coletiva. Seu alcance ultrapassa a transmissão de conteúdos curriculares, envolvendo processos de socialização, desenvolvimento da autonomia e preparação para o exercício da cidadania. Quando compreendida como direito social, a educação assume também uma função de enfrentamento das desigualdades, pois pode ampliar

as possibilidades de participação daqueles que historicamente encontram obstáculos para acessar bens, serviços e espaços de decisão.

A relação entre educação e inclusão social, entretanto, não ocorre de maneira automática. O simples ingresso do estudante na instituição escolar não significa que ele esteja efetivamente incluído. A inclusão pressupõe condições para permanecer, aprender, participar das atividades e estabelecer relações de pertencimento no ambiente educacional. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013) “Para que se conquiste a inclusão social, a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, na justiça social, na pluralidade na pluralidade, na solidariedade e na sustentabilidade” Um estudante pode estar matriculado e, simultaneamente, experimentar diferentes formas de exclusão decorrentes de dificuldades econômicas, preconceitos, barreiras culturais, limitações institucionais ou práticas pedagógicas pouco sensíveis à diversidade existente na comunidade escolar.

A inclusão social no campo educacional precisa ser compreendida como um processo amplo, relacionado à garantia de direitos e à possibilidade de participação efetiva na sociedade. A escola constitui um dos espaços nos quais as desigualdades sociais se manifestam, mas também pode funcionar como ambiente de questionamento e transformação dessas desigualdades. Sua atuação torna-se particularmente relevante quando consegue reconhecer as diferentes trajetórias dos estudantes e criar condições para que essas experiências sejam consideradas no processo educativo, sem transformar as diferenças em critérios de inferiorização.

A diversidade presente nas instituições de ensino constitui uma característica própria da sociedade e envolve diferentes condições econômicas, culturais, familiares, territoriais e individuais. Reconhecer essa pluralidade exige abandonar uma concepção homogênea de estudante, segundo a qual todos deveriam aprender, comportar-se e desenvolver-se seguindo um mesmo percurso. A construção de uma educação inclusiva depende da capacidade de perceber que diferentes sujeitos podem necessitar de diferentes estratégias para alcançar objetivos educacionais semelhantes, sem que isso represente redução das expectativas de aprendizagem.

Um dos principais desafios consiste justamente em transformar o reconhecimento da diversidade em práticas concretas. Discursos favoráveis à inclusão podem perder sua força quando não são acompanhados por mudanças nas formas de organização escolar, no planejamento pedagógico e nas relações estabelecidas cotidianamente. A inclusão exige ações que ultrapassem declarações institucionais e alcancem o funcionamento efetivo da escola,

considerando desde a organização dos espaços até os mecanismos utilizados para acompanhar a aprendizagem e identificar situações de exclusão.

As desigualdades socioeconômicas representam um dos fatores que mais interferem nas oportunidades educacionais. Estudantes que vivem em contextos marcados pela precariedade material podem enfrentar dificuldades que repercutem diretamente sobre sua experiência escolar. De acordo com Centro Lemann (2026) “crianças de origens distintas enfrentam desigualdades desde cedo no acesso à educação”. O acesso insuficiente a recursos tecnológicos, materiais de estudo, transporte, alimentação adequada e ambientes favoráveis à concentração são exemplos de condições que podem dificultar a aprendizagem. A escola, embora não consiga solucionar isoladamente problemas estruturais da sociedade, pode desenvolver mecanismos de acolhimento e acompanhamento capazes de reduzir parte dos efeitos dessas desigualdades.

A permanência escolar também precisa ser analisada como dimensão essencial da inclusão. Garantir matrícula constitui uma etapa necessária, mas insuficiente para assegurar o direito à educação. Quando estudantes abandonam os estudos ou permanecem na escola sem condições adequadas de aprendizagem, evidencia-se a existência de barreiras que precisam ser investigadas. A evasão e o baixo aproveitamento não devem ser interpretados exclusivamente como problemas individuais, pois podem estar relacionados às condições familiares, econômicas, emocionais, sociais e pedagógicas que cercam a trajetória escolar.

Outro aspecto relevante envolve o sentimento de pertencimento. A experiência educacional torna-se mais significativa quando o estudante percebe que sua presença é reconhecida e valorizada. Relações baseadas no respeito, na escuta e na confiança favorecem a participação e podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia. Em contrapartida, ambientes marcados por preconceitos, humilhações, isolamento ou expectativas reduzidas podem produzir afastamento e dificultar a construção de vínculos com a escola.

As relações interpessoais existentes no espaço escolar exercem influência significativa sobre a inclusão. Professoras, professores, gestores, profissionais de apoio e estudantes participam da construção de uma cultura institucional que pode favorecer ou dificultar o reconhecimento das diferenças. Atitudes cotidianas aparentemente simples, como ouvir o estudante, respeitar sua trajetória, evitar julgamentos precipitados e oferecer oportunidades de participação, possuem implicações pedagógicas e sociais relevantes. A inclusão, nesse aspecto, também se constrói por meio das relações estabelecidas diariamente.

A atuação docente ocupa lugar central nesse processo, especialmente porque o professor estabelece uma relação direta com os estudantes e organiza grande parte das

experiências de aprendizagem. A formação profissional precisa contemplar não apenas conhecimentos específicos das disciplinas, mas também competências relacionadas à diversidade, à mediação de conflitos, à identificação de barreiras de aprendizagem e ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas flexíveis. Isso não significa atribuir ao professor a responsabilidade individual pela solução de todos os problemas sociais, mas reconhecer sua importância dentro de uma estrutura educacional que precisa oferecer suporte adequado ao trabalho pedagógico.

A formação continuada apresenta-se como uma possibilidade para ampliar a capacidade das instituições de responder às demandas de uma realidade educacional diversificada. O contato com novas metodologias, debates sociais e experiências pedagógicas pode contribuir para que os profissionais revisem práticas cristalizadas e desenvolvam respostas mais adequadas às necessidades dos estudantes. Para Tomaz (2025, p.87) “investir na formação continuada fortalece a identidade profissional, amplia as possibilidades de inovação” Contudo, a formação não deve ocorrer de maneira isolada ou desvinculada das condições concretas de trabalho. É necessário que exista articulação entre qualificação profissional, planejamento institucional, recursos disponíveis e políticas educacionais.

As práticas pedagógicas inclusivas exigem flexibilidade sem perder de vista os objetivos de aprendizagem. O planejamento precisa considerar diferentes formas de participação e expressão, permitindo que os estudantes encontrem caminhos variados para construir conhecimentos. Estratégias diversificadas, atividades colaborativas, recursos acessíveis e acompanhamento individualizado podem contribuir para reduzir barreiras. O desafio está em evitar tanto a padronização excessiva quanto a criação de práticas segregadoras, buscando uma organização pedagógica capaz de contemplar diferentes necessidades dentro de uma experiência educativa compartilhada.

A avaliação constitui outro campo que merece reflexão. Quando utilizada exclusivamente para classificar, selecionar ou estabelecer hierarquias entre estudantes, pode reforçar desigualdades já existentes. Uma perspectiva inclusiva compreende a avaliação também como instrumento de acompanhamento do processo de aprendizagem, permitindo identificar dificuldades, avanços e necessidades de intervenção. Avaliar de maneira mais abrangente não significa diminuir critérios de qualidade, mas ampliar as possibilidades de compreender como cada estudante aprende e quais condições podem favorecer seu desenvolvimento.

A inclusão social também está relacionada ao currículo, pois aquilo que é selecionado como conhecimento escolar transmite valores e estabelece referências culturais. Um currículo

que apresenta apenas determinadas experiências históricas e sociais como universais pode contribuir para o apagamento de outros grupos e perspectivas. A valorização da diversidade curricular possibilita ampliar os horizontes formativos dos estudantes e criar condições para que diferentes identidades, culturas e trajetórias sejam reconhecidas no espaço escolar.

A construção de uma educação inclusiva demanda atenção especial às formas de preconceito e discriminação que podem aparecer de maneira explícita ou silenciosa. Para Uchôa e Chacon (2022) “A Educação Inclusiva e a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, suscitam a valorização das diferenças e da diversidade no âmbito educacional”.

Práticas discriminatórias relacionadas à origem social, características culturais, aparência, condições individuais ou pertencimentos diversos interferem no sentimento de segurança e pertencimento. Combater essas situações requer ações educativas permanentes, capazes de promover reflexão crítica e desenvolver uma cultura de respeito. Não basta intervir apenas quando o conflito já ocorreu; a prevenção precisa fazer parte do cotidiano pedagógico.

A participação da família e da comunidade também amplia as possibilidades de inclusão. A escola não está isolada do território em que se encontra, e os conhecimentos construídos fora de seus muros podem contribuir para compreender melhor as necessidades e potencialidades dos estudantes. A aproximação com as famílias favorece a troca de informações e pode fortalecer estratégias de acompanhamento. Essa relação, contudo, precisa ser estabelecida de maneira dialógica, evitando responsabilizar exclusivamente os responsáveis por dificuldades que também possuem dimensões institucionais e sociais.

As políticas públicas constituem outro elemento indispensável para compreender os limites e as possibilidades da inclusão educacional. A garantia de direitos depende de ações planejadas, financiamento adequado, infraestrutura, formação profissional e mecanismos de acompanhamento. Uma política de inclusão não se efetiva somente pela criação de normas; necessita de condições concretas para sua implementação. Quando existe distância entre aquilo que é estabelecido formalmente e aquilo que as instituições conseguem realizar, surgem obstáculos que afetam diretamente a experiência dos estudantes.

A infraestrutura escolar possui relação direta com a participação e a autonomia. Espaços inadequados, ausência de recursos acessíveis, dificuldades de mobilidade ou limitações tecnológicas podem criar barreiras que não estão relacionadas à capacidade do estudante, mas às condições oferecidas pelo ambiente. De acordo com o Centro de Referência de Educação Integral (2019, p.1) “Estudo da Unesco e da UFMG aponta a infraestrutura escolar como fator determinante para a qualidade da educação pública no Brasil”. Pensar a inclusão exige, conseqüentemente, compreender que muitas dificuldades podem ser reduzidas

por meio de adaptações e investimentos que tornem os espaços educacionais mais acessíveis e acolhedores.

As tecnologias digitais também podem ampliar oportunidades educacionais, especialmente quando utilizadas de maneira planejada e acessível. Recursos tecnológicos possibilitam diferentes formas de interação com conteúdos, comunicação e produção de conhecimento. Contudo, a tecnologia não constitui solução automática para as desigualdades. A falta de acesso a equipamentos, conectividade ou orientação adequada pode produzir novas formas de exclusão. Seu potencial inclusivo depende das condições de utilização e da capacidade de integrá-la às necessidades pedagógicas reais.

Outro desafio consiste em evitar que a inclusão seja tratada como responsabilidade exclusiva de determinados profissionais ou setores da escola. A construção de uma cultura inclusiva depende de ações articuladas entre gestão, docentes, famílias, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar. Quando o compromisso fica restrito a uma pessoa ou departamento, aumentam as possibilidades de descontinuidade e de sobrecarga profissional. De acordo com Gomes (2026) “A construção de uma escola inclusiva requer compromisso político, pedagógico e social com a diversidade”. A inclusão precisa ser incorporada ao planejamento institucional e entendida como princípio orientador das decisões educacionais.

A gestão escolar desempenha papel relevante na criação de condições para esse trabalho coletivo. Uma gestão comprometida com a inclusão precisa estimular a participação, favorecer o diálogo e identificar obstáculos presentes na rotina institucional. Isso envolve acompanhar indicadores de aprendizagem e permanência, ouvir estudantes e profissionais, analisar dificuldades e buscar soluções compatíveis com a realidade da escola. A liderança educacional, nesse contexto, não se limita à administração de recursos, mas envolve a construção de uma cultura institucional baseada no respeito e na participação.

A inclusão social pela educação apresenta, ainda, uma dimensão relacionada à cidadania. Ao proporcionar acesso ao conhecimento, estimular a autonomia e favorecer a participação coletiva, a escola contribui para que os sujeitos compreendam seus direitos e responsabilidades. Para Pires (2020) “Para cumprir sua função social, a escola deve ser construída coletivamente, unindo teoria e prática”. A formação cidadã não se reduz ao domínio de conteúdos formais; envolve a capacidade de dialogar, conviver com diferenças, posicionar-se criticamente e participar da vida social. A escola torna-se, assim, um espaço de aprendizagem da própria democracia.

Apesar das possibilidades existentes, é necessário reconhecer que a educação possui limites diante de desigualdades produzidas por estruturas sociais mais amplas. Esperar que a

escola resolva sozinha problemas relacionados à pobreza, à exclusão econômica ou à discriminação significa transferir para a instituição uma responsabilidade que pertence ao conjunto da sociedade e às políticas públicas. A educação pode contribuir significativamente para transformar trajetórias e ampliar oportunidades, mas seus resultados dependem da articulação com outras áreas e da existência de condições sociais que sustentem esse processo.

A análise dos desafios e possibilidades apresentados evidencia que a inclusão social não deve ser compreendida como uma ação pontual, mas como um processo permanente de revisão das práticas educacionais. Incluir implica identificar barreiras, questionar padrões excludentes e criar condições para que todos possam participar e aprender. Essa perspectiva exige compromisso institucional, formação profissional, políticas públicas consistentes, participação comunitária e práticas pedagógicas sensíveis às diferenças. A qualidade da educação, nesse cenário, está diretamente relacionada à capacidade de garantir que o direito de aprender não permaneça apenas como princípio formal, mas seja concretizado na experiência cotidiana dos estudantes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como propósito analisar a relação entre educação e inclusão social, com ênfase nos desafios e nas possibilidades de construção de práticas educacionais mais inclusivas. A escolha da abordagem qualitativa decorre da necessidade de compreender aspectos sociais, educacionais e institucionais que não podem ser reduzidos a dados exclusivamente numéricos, permitindo interpretar diferentes perspectivas relacionadas ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem no contexto escolar.

Quanto aos procedimentos, realizou-se levantamento bibliográfico de materiais relacionados à educação, inclusão social, diversidade, práticas pedagógicas, formação docente, políticas educacionais e desigualdades sociais. Foram considerados artigos científicos, publicações acadêmicas, documentos institucionais e conteúdos disponíveis em sites especializados, selecionados de acordo com sua pertinência em relação ao objeto de estudo e aos objetivos estabelecidos. A pesquisa documental complementou o levantamento bibliográfico ao possibilitar a análise de materiais que contribuem para a compreensão das condições e dos desafios relacionados à efetivação da inclusão educacional.

O processo de análise foi desenvolvido mediante leitura exploratória, seleção dos materiais pertinentes, organização das informações e interpretação dos conteúdos identificados. A sistematização buscou estabelecer relações entre os diferentes aspectos abordados, especialmente as barreiras sociais e educacionais, as condições de permanência e aprendizagem, a formação dos profissionais, as práticas pedagógicas e as possibilidades de participação dos estudantes. O material selecionado foi analisado de maneira crítica e articulada, evitando a simples reprodução de informações e priorizando a compreensão das relações existentes entre educação e inclusão social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental evidenciou que a inclusão social na educação não se limita ao acesso ou à matrícula dos estudantes, mas envolve também permanência, aprendizagem, participação e sentimento de pertencimento. Os resultados demonstram que as desigualdades socioeconômicas, culturais e institucionais podem criar barreiras ao desenvolvimento educacional. Essa perspectiva converge com os apontamentos do Centro Lemann (2026), segundo os quais crianças de diferentes origens enfrentam desigualdades desde os primeiros anos de escolarização. Dessa forma, as dificuldades educacionais precisam ser compreendidas para além de fatores exclusivamente individuais, considerando as condições sociais e institucionais que interferem nas trajetórias escolares.

Outro resultado relevante refere-se à valorização da diversidade e das relações estabelecidas no ambiente escolar. Os achados indicam que o respeito, a escuta e o reconhecimento das diferentes trajetórias favorecem o pertencimento e a participação dos estudantes, enquanto preconceitos e práticas discriminatórias podem produzir processos de exclusão. Essa compreensão converge com Uchôa e Chacon (2022), que destacam a valorização das diferenças e da diversidade como elementos fundamentais da educação inclusiva. Da mesma forma, os resultados apontam para a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis, atividades diversificadas e avaliações utilizadas não apenas para classificar, mas também para acompanhar os avanços e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

A pesquisa também evidenciou a importância da formação docente e das condições institucionais para a efetivação da inclusão. Tomaz (2025) destaca que a formação continuada fortalece a identidade profissional e amplia as possibilidades de inovação, aspecto que converge com os resultados encontrados. Entretanto, a análise demonstra que a formação,

isoladamente, não é suficiente, sendo necessária sua articulação com planejamento, recursos e condições adequadas de trabalho. No âmbito das políticas públicas e da infraestrutura, os resultados também confirmam a relevância apontada pelo Centro de Referência de Educação Integral (2019), ao relacionar as condições da infraestrutura escolar à qualidade da educação. Assim, a inclusão depende de ações articuladas entre formação, gestão, infraestrutura e políticas educacionais.

De maneira geral, os achados apresentam convergência entre os autores analisados quanto à compreensão da inclusão como um processo permanente, coletivo e multidimensional. Gomes (2026) reforça que a construção de uma escola inclusiva requer compromisso político, pedagógico e social com a diversidade, enquanto Pires (2020) destaca a importância de uma escola construída coletivamente, articulando teoria e prática. Os resultados, portanto, indicam que a inclusão social pela educação exige a articulação entre práticas pedagógicas, gestão escolar, formação profissional, família, comunidade e políticas públicas. Mais do que garantir o acesso à escola, é necessário assegurar condições para que os estudantes permaneçam, aprendam, participem e desenvolvam sua cidadania, transformando o direito formal à educação em uma experiência efetivamente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a educação possui papel relevante na promoção da inclusão social, especialmente por contribuir para a ampliação das oportunidades de participação, aprendizagem e exercício da cidadania. A discussão evidenciou, contudo, que o acesso à escola não representa, isoladamente, a garantia de inclusão. Para que o direito à educação seja efetivamente concretizado, é necessário assegurar condições que favoreçam não apenas a matrícula, mas também a permanência, a aprendizagem, o pertencimento e a participação dos estudantes no cotidiano escolar.

Os resultados da análise apontam que as desigualdades sociais constituem um dos principais obstáculos à efetivação de uma educação inclusiva. Condições econômicas, dificuldades de acesso a recursos, limitações estruturais e diferentes trajetórias sociais podem interferir significativamente na experiência educacional. Diante disso, torna-se necessário compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para além de explicações individuais, considerando as condições sociais e institucionais que podem produzir ou intensificar processos de exclusão.

A pesquisa também permitiu identificar que a inclusão depende de mudanças nas práticas pedagógicas e na organização das instituições de ensino. Estratégias diversificadas, acompanhamento da aprendizagem, avaliação como instrumento de orientação pedagógica e valorização da diversidade constituem possibilidades para ampliar a participação dos estudantes. A construção de ambientes escolares acolhedores também se mostra fundamental, uma vez que o sentimento de pertencimento e o estabelecimento de relações baseadas no respeito podem favorecer o envolvimento com a aprendizagem e fortalecer os vínculos com a escola.

Outro aspecto evidenciado refere-se à atuação dos profissionais da educação. A formação docente e a formação continuada apresentam importância significativa para que professores e demais profissionais estejam preparados para reconhecer diferentes necessidades e desenvolver práticas mais adequadas à diversidade presente no espaço escolar. Entretanto, essa responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente ao professor. A inclusão exige participação coletiva, envolvendo gestão escolar, comunidade, famílias, estudantes e políticas educacionais que ofereçam condições concretas para a realização do trabalho pedagógico.

No âmbito das implicações práticas, o estudo reforça a necessidade de compreender a inclusão como um compromisso institucional permanente. A existência de políticas e diretrizes é fundamental, mas sua efetividade depende de recursos, infraestrutura, formação profissional, planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas. A escola precisa criar mecanismos que permitam identificar barreiras e buscar soluções compatíveis com sua realidade, evitando que a inclusão permaneça restrita ao campo dos princípios e dos discursos institucionais.

Em relação aos objetivos propostos, considera-se que a pesquisa possibilitou analisar a relação entre educação e inclusão social, identificando desafios associados às desigualdades, às condições institucionais, às práticas pedagógicas e à formação dos profissionais. Também foi possível reconhecer possibilidades relacionadas à construção de ambientes mais democráticos, à valorização da diversidade, ao fortalecimento das práticas inclusivas e à ampliação da participação dos estudantes. A abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica e documental contribuíram para a compreensão articulada desses aspectos, permitindo uma análise fundamentada no conhecimento disponível sobre a temática.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Infraestrutura influencia qualidade da educação. 2019. Disponível em: www.educacaointegral.org.br/reportagens/infraestrutura-influencia-qualidade-da-educacao/.

Acesso em: 25 ago. 2026.

CENTRO LEMANN. **Diferentes níveis socioeconômicos alargam desigualdades também na educação, impactando a escolarização e o futuro profissional de estudantes.**

Disponível em:

<https://centrolemann.org.br/diferentes-niveis-socioeconomicos-alargam-desigualdades-tambem-na-educacao-impactando-a-escolarizacao-e-o-futuro-profissional-de-estudantes/>.

Acesso em: 25 ago. 2026.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: diversidade e inclusão / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília : Conselho Nacional de Educação : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

GOMES, José Alexandrino. Educação inclusiva: desafios e possibilidades na construção de uma escola para todos. **Revista ft, [S. l.]**, v. 30, n. 161, p. 01–22, 2026

PIRES, Francisco José. **O papel da educação na formação do cidadão**: inclusão social em São Paulo. Editora FAMEN, 2020.

TOMAZ, Marlene. Formação continuada e práticas pedagógicas: um estudo sobre sua relação com a qualidade do ensino. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, [S. l.]**, v. 13, p. 85–96, 2025.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-18, 2022.